

**EDITAL Nº01/2025 PROCESSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

LINHA 01 – Direitos Humanos, Políticas Públicas e Efetividade Constitucional

Resultado da Avaliação dos Anteprojetos

Nº	Nº de Inscrição	Título do Projeto	Nota
01	35984	A VALORAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL DO POLICIAL NO TRÁFICO DE DROGAS: Do Regime Militar ao Estado Democrático	4,0
02	35993	MULHERES E APOSENTADORIA: DESIGUALDADES INVISÍVEIS	7,5
03	35945	OLHOS QUE CONDENAM: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO RACISMO NAS CONDENAÇÕES BASEADAS NO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO COMO MEIO DE PROVA PELO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO	4,5
04	35456	Ordem econômica constitucional: Intervencionismo Estatal como condição para efetividade dos Direitos Sociais	7,0
05	35843	UMA ANÁLISE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OVERRULING NA APRECIÇÃO DA ADPF Nº 320/DF PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF): o controle de convencionalidade e a obrigatoriedade à jurisdição contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos.	6,0
06	35247	DA VIGILÂNCIA PUNITIVA AO RESPEITO EQUITATIVO EFICIENTE: UMA ANÁLISE DA ÉTICA DOS DIREITOS HUMANOS NA POLÍCIA JUDICIÁRIA DE ALAGOAS SOB A PERSPECTIVA DE FOUCAULT, LEVINAS E DUSSEL.	6,0
07	36076	A MULHER, A FAMÍLIA E O DIREITO: A efetividade dos instrumentos de compatibilização entre as vidas familiar e profissional das operadoras do Direito em Alagoas	8,5
08	36104	A CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL DO CONCEITO DE GOLPE DE ESTADO E ABOLIÇÃO VIOLENTA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: uma análise das decisões do STF sobre os atos de 8 de janeiro de 2023	9,0
09	35960	O PARADOXO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAS NO DIREITO PENAL BRASILEIRO: Uma análise das tensões entre o Garantismo Penal, o Punitivismo Simbólico e os Discursos Identitários na Política Penal Contemporânea	9,0

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

10	35831	A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA NO PROCESSO PENAL CONTEMPORÂNEO: ENTRE A RETÓRICA DA EFICIÊNCIA E A EROÇÃO DAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS	8,5
11	36106	CRIMINALIZAÇÃO SIMBÓLICA EM TEMPOS DE POLARIZAÇÃO: O USO DA DOGMÁTICA PENAL PARA PUNIR O DISSENSO POLÍTICO	7,5
12	35999	LIBERDADE RELIGIOSA E GUARDA DO SÁBADO NO SERVIÇO PÚBLICO: entre o pluralismo constitucional e a laicidade do Estado brasileiro	7,0
13	36075	A UTILIZAÇÃO DE CÂMERAS CORPORAIS (BODY CAMS) COMO INSTRUMENTO PROBATÓRIO NA PERSECUÇÃO PENAL: ALÉM DO CONTROLE POLICIAL	5,0
14	35620	A TIPIFICAÇÃO DO DELITO DE INJÚRIA RACIAL COMO CRIME DE RACISMO: uma análise sociopolítica da Lei 14.532/2023 no contexto do direito penal e da tutela antirracista.	6,0
15	36015	TENSÃO DAS INSTITUIÇÕES: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA ATUAÇÃO DOS TRÊS PODERES DA UNIÃO NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO ESTADO ALAGOAS.	7,5
16	36048 - Rosmar	O HABEAS CORPUS COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PRISIONAL Análise criminológica da relação entre a ratio decidendi dos julgamentos de habeas corpus pelo Tribunal de Justiça de Alagoas e o superencarceramento de presos provisórios no sistema prisional alagoano.	8,5
17	35249	A UTILIZAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO COMO MEIO PARA COMPROVAR A APLICABILIDADE DA TEORIA DA JUSTIÇA COMO EQUIDADE DE JOHN RAWLS À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E ASSIM SERVIR COMO MÉTODO HERMENÊUTICO DA CONSTITUIÇÃO.	4,0
18	35995	Mulheres Policiais Penais: uma análise histórico-jurídica da construção da mulher policial penal e a violação do princípio da igualdade na carreira	7,0
19	36067	PROTEÇÃO À MULHER NO ALTO SERTÃO DE ALAGOAS: UMA ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO	5,0
20	36062	A MORADA DO INDEFINIDO: A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DE MULHERES NO CPJ PEDRO MARINHO SURUAGY, EM ALAGOAS	8,5
21	35887	A EFICÁCIA DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NO COMBATE AO ENCARCERAMENTO EM MASSA NO ESTADO DE ALAGOAS	9,0

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

22	36040	VIESES INTERPRETATIVOS NA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO DE ACUSAÇÃO: REFLEXOS DA MARGINALIZAÇÃO HERMENÊUTICA NO PROCESSO PENAL.	6,0
23	36090	MACHOSFERA COMO ESPAÇO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO: entre os limites da Liberdade de Expressão e a proteção dos demais Direitos Fundamentais	7,0
24	36078	A CASA DA MULHER ALAGOANA E A SUA IMPORTÂNCIA NO PODER JUDICIÁRIO COMO ÓRGÃO DE GARANTIA À APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA E A PROTEÇÃO AO DIREITO À VIDA DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM ALAGOAS	5,0
25	35870	REGULAMENTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CULTIVO DE CANNABIS PARA USO MEDICINAL EM ALAGOAS: Uma Análise Jurídico-Social da Lei Estadual 8.754/22 e sua Influência na Efetivação dos Direitos Humanos e na Democratização da Saúde	4,0
26	35989	Desinstitucionalização no Centro Psiquiátrico Judiciário Pedro Marinho Suruagy: a experiência em Alagoas	4,0
27	36088	O STAND UP E A RAZÃO PENAL: Os limites constitucionais da punição ao discurso humorístico	9,5
28	36103 - George	MORADIA COMO DIREITO FUNDAMENTAL: A ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO ALAGOANO NO PROJETO MORADIA LEGAL E OS NOVOS CAMINHOS NORMATIVOINSTITUCIONAIS NO ESTADO	7,5
29	36148	A TUTELA CONSTITUCIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS EM ÂMBITO LOCAL: o desenvolvimento sustentável e as evidências entre as potencialidades e limites do poder discricionário.	7,5

Observação: O parecer da prova está disponível mediante solicitação, feita pelo próprio candidato, dirigida ao e-mail mestradodireitoufal@gmail.com, ou presencialmente na secretaria do Mestrado, observado o seu horário de funcionamento.

LINHA 02 – Constitucionalização e Aplicação do Direito – Estado e Particulares

Resultado da Avaliação dos Anteprojetos

Nº	Nº de Inscrição	Título do Projeto	Nota
01	36021	A JURISDIÇÃO PREVENTIVA E O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO NA TUTELA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS	4,5
02	36042	CONCILIAÇÃO PREVIDENCIÁRIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DE MACEIÓ: UMA ANÁLISE CRÍTICA FRENTE AO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA	8,75
03	36131	FAKE NEWS E DISCURSO DE ÓDIO ONLINE: PROTAGONISMO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS, VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E RESPONSABILIDADE CIVIL	7,5
04	35986	A Efetivação do Princípio da Justiça Fiscal na Reforma Tributária do Consumo: Uma Análise da Emenda Constitucional n. 132/2023 e Lei Complementar n. 214/2025 no Âmbito do IBS e da CBS	7,5
05	35808	A ERA DAS DEEPFAKES E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE EM XEQUE: Os desafios para Responsabilização civil no Direito Brasileiro em casos de reprodução indevida da imagem e voz das pessoas	7,0
06	36063	DESIGUALDADE DIGITAL E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL: Uma Análise Constitucional da Responsabilidade Civil dos Serviços	5,0
07	35229	DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA E DIREITOS FUNDAMENTAIS: IMPLICAÇÕES DA DÍVIDA SOBRE A REDUÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIAIS	9,0
08	36064	Entre o Castelo e o Processo: A Crítica Kafkiana à Burocracia e os Desafios da Administração Pública Contemporânea diante das Novas Tecnologias e dos Princípios da Simplicidade e Sustentabilidade Administrativas.	9,0
09	36005	ESCOLHAS TRÁGICAS NO ORÇAMENTO E O DIREITO CONSTITUCIONAL À SEGURANÇA PÚBLICA: A (IN) EFETIVIDADE DA SEGURANÇA EM ALAGOAS SOB UMA ÓTICA ORÇAMENTÁRIA	9,0
10	36086	DO NECESSÁRIO REDIMENSIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA:	8,0

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

		integração de mecanismos de inteligência artificial na prestação de serviços públicos à luz dos princípios contemporâneos da Administração Pública	
11	36138	Análise da efetividade dos direitos fundamentais constitucionais: Direito à intimidade e privacidade frente à era digital.	3,5
12	36054	Uma Análise sobre o Controle de Constitucionalidade do Artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014): Ponderações entre a Responsabilidade Civil das Plataformas Digitais e as Garantias Processuais na Jurisdição Constitucional.	8,0
13	35679	O ORÇAMENTO NÃO CABE NA CONSTITUIÇÃO? Controle de constitucionalidade das emendas impositivas em uma democracia judicializada à luz das ADIs 7688, 7695 e 7697 e da ADPF 854	9,2
14	36018	A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ÂMBITO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS DE REDES SOCIAIS COM RELAÇÃO AOS CONTEÚDOS PUBLICADOS POR TERCEIROS: Uma análise acerca da atuação do estado e da eficiência das normas brasileiras para a garantia dos direitos dos indivíduos.	7,0
15	35407	Da "Moeda Corrente" à Criptomoeda: Uma Análise da (In)Constitucionalidade da Bitcoin como Meio de Pagamento no Brasil	8,5
16	36139	EFETIVIDADE DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS NO CONTEXTO DO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS: A MODERNA FACE DA ATUAÇÃO ESTATAL ANTE OS NOVOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Casos de sucesso no âmbito do Ministério Público.	8,0
17	35771	O STF e a Constitucionalização do direito privado: limites e possibilidades na efetivação dos direitos fundamentais.	2,5
18	35938	GOVERNANÇA ALGORÍTMICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Limites Constitucionais, Dever de Motivação e Controle da Discricionariedade Administrativa na Era da Inteligência Artificial – Idade exponencial	9,0
19	35298	A CONCESSÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA E O RECONHECIMENTO DECLARATÓRIO DE EFEITOS PATRIMONIAIS PRETÉRITOS: CONFLITOS DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS	7,2

Observação: O parecer da prova está disponível mediante solicitação, feita pelo próprio candidato, dirigida ao e-mail mestradodireitoufal@gmail.com, ou presencialmente na secretaria do Mestrado, observado o seu horário de funcionamento.